



## Limite para gasto em assembleias passa em 1º turno

Custo dos legislativos estaduais não poderá ultrapassar a despesa realizada no ano anterior, segundo proposta que segue para segunda votação no Plenário do Senado

**G**overnador que repassar às assembleias estaduais recursos superiores à despesa realizada no exercício financeiro do ano anterior estará cometendo crime de responsabilidade fiscal, conforme proposta de emenda à Constituição que o Plenário do Senado aprovou ontem em primeiro turno. A limitação vale também para os tribunais de Contas dos estados e aguarda a votação final.

O autor da proposta, senador João Cabiheribe, adverte que nos últimos dez anos esse tipo de despesa teve um aumento 47% acima da inflação, sem justificativa.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, citou a própria Casa que coordena como exemplo de contenção de despesas: na década de 90, tinha orçamento igual ao da Câmara dos Deputados; hoje corresponde a apenas 60%. **3**



Retomada deverá começar por obras de até R\$ 500 mil, informa Temer (C)

## Temer recebe sugestões do Senado sobre obras paralisadas

Senadores apresentaram ontem ao presidente interino Michel Temer ideias para a retomada de obras que dependem de recursos federais. Entre as sugestões, está a elaboração, pelos governos estaduais e ministérios, de listas com prioridades.

“Temos um cemitério de obras inacabadas que representam R\$ 250 bilhões de restos a pagar”, disse o presidente do Senado, Renan Calheiros. Na terça-feira haverá uma nova reunião com Temer sobre a revitalização do Rio São Francisco. **3**

**Confirmado nome de embaixador na República Tcheca **3****

**Audiência aponta PEC como risco ao futuro do SUS **7****

**Militantes temem que proteção de mulher retroceda **6****

**Prefeitos pedem renovação do Mais Médicos **7****

**Avança texto que garante a aluno aula em hospital **8****



Presidente da comissão, Lira (D), e relator, Anastasia (2º à dir.), com peritos

## Impeachment: peritos divergem sobre responsabilidade de Dilma

Peritos do Senado, da acusação e da defesa de Dilma Rousseff falaram ontem à Comissão do Impeachment.

Para a junta de peritos do Senado, os decretos de suplementação de crédito editados em 2015 e os atrasos de repasses do Plano Safra configuram crime de responsabilidade, apesar de, no caso das pedadas, não haver prova de que Dilma agiu para ordená-las.

A perita indicada pela acusação, a economista Selene Péres Nunes, afirmou que a presidente afastada cometeu fraude fiscal. Porém, o jurista Ricardo Lodi Ribeiro, indicado pela defesa, sustentou que não houve participação efetiva ou ação dolosa de Dilma.

A comissão ouve hoje o advogado de defesa, José Eduardo Cardozo, que lerá manifestação de Dilma. **5**

## Senadores aprovam indicações para diretoria do Banco Central

Apesar da polêmica sobre alguns deles atuarem no mercado financeiro, os quatro indicados para o Banco Central foram aprovados ontem pelo Plenário, após sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos. O diretor de Política Monetária será o administrador Reinaldo Le Grazie. O economista Tiago Couto Berriel ocupará a Diretoria

de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos. Para a Diretoria de Política Econômica, irá Carlos Viana de Carvalho. O atual procurador-geral do BC, Isaac Sidney Ferreira, assumirá a Diretoria de Relacionamento Institucional e Cidadania.

Henrique Balduino Moreira foi aprovado para a Comissão de Valores Mobiliários. **4**



Gleisi Hoffmann conduz sabatina com Ferreira, Carvalho, Barriel e Le Grazie



Leia, encartado na edição de hoje, o *Jornal Senado Mulher*

**Debate discute execução da lei da primeira infância **2****

**Plenário analisa consórcio para contratar médico **3****

# Lei da 1ª infância deve sair do papel, cobram debatedores

Seminário iniciado ontem no Congresso Nacional discute marco legal dedicado ao desenvolvimento das crianças de até 6 anos. Ministro destacou ação para beneficiar filhos de famílias atendidas pelo Bolsa Família

DE ACORDO COM o senador José Medeiros (PSD-MT), o Brasil vive o momento de fazer as políticas públicas previstas no Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016) irem da teoria para a prática.

Medeiros falou ontem na abertura do 4º Seminário Internacional Marco Legal da Primeira Infância, realizado no Congresso pelo Senado, pela Câmara e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário com o objetivo de discutir formas de tirar do papel a nova lei, aprovada neste ano.

— A aprovação do marco legal num momento conturbado [na política] como foi o início deste ano foi um símbolo de esperança. Temos o desafio de fazer do marco legal uma transformação social, o que só acontecerá com a articulação de todos os agentes públicos para criar estratégias factíveis e perduráveis — disse Medeiros, presidente da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância.

A lei determina um conjunto de ações para as fases iniciais



O senador José Medeiros (C) fala no seminário, que continua hoje e amanhã

da vida da criança, até os 6 anos. Durante esse período — a primeira infância —, a norma diz que é essencial que receba saúde, alimentação, educação, convivência familiar e comunitária, assistência social, cultura, lazer, espaço e meio ambiente.

Uma novidade trazida pela lei foi o aumento do tempo para os pais cuidarem dos recém-nascidos. A lei amplia a licença-paternidade de 5 para 20 dias, por meio do Programa Empresa Cidadã.

Participou do evento o ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, que foi quem apresentou, como deputado federal, o projeto da lei da primeira infância.

O ministro já havia anunciado a decisão de implantar gradualmente até 2018 uma política de desenvolvimento humano destinada às crianças pequenas incluídas no Bolsa Família. Segundo ele, há 4 milhões de crianças no programa, o que demandará um esforço interministerial para viabilizar a política, com predomínio de ações do Ministério da Saúde.

No Senado, o seminário é uma iniciativa da Procuradoria Especial da Mulher e da Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. O evento vai até amanhã, em espaços do Senado e da Câmara. As inscrições já foram encerradas.

## Comissões de MPs escolhem hoje presidentes

Foram instaladas ontem as comissões mistas que vão estudar cinco medidas provisórias (MPs) editadas pelo presidente interino Michel Temer. Por falta de acordo entre os líderes dos partidos, a eleição de presidentes, vices e relatores será hoje.

A primeira comissão instalada foi a da MP 732, que limita a 10,54% o reajuste do foro e da taxa de ocupação de imóveis da União para 2016.

Em seguida, foi instalada a comissão da MP 731, que extingue 10.462 cargos de direção e assessoramento superior (DAS) do Poder Executivo, mas permite substituí-los por funções de confiança a serem ocupadas exclusivamente por servidores efetivos.

Também foi instalada a comissão da MP 733, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural

contraídas até 2011 por agricultores do Nordeste e do norte de Minas e do Espírito Santo, com desconto de até 95% para os débitos de até R\$ 15 mil.

A quarta comissão foi a da MP 734, que libera R\$ 2,9 bilhões ao Rio para auxiliar nas despesas com segurança pública nos Jogos Olímpicos.

Por último, foi instalada a comissão da MP 735, que altera leis do setor elétrico.

## Paim quer votar projeto de combate à corrupção

Paulo Paim (PT-RS) conclamou os brasileiros a cobrarem do Congresso o início da análise do projeto de lei de iniciativa popular que institui medidas de combate à corrupção, em campanha liderada pelo Ministério Público. As propostas incluem a criminalização do enriquecimento ilícito, a responsabilização de agentes públicos, políticas e empresas envolvidas em irregularidades em campanhas eleitorais, a reforma do sistema de prescrição penal e a prisão preventiva para assegurar a devolução de dinheiro público.

— Lugar de corrupto é aquele em que seja punido e responda por todos os atos que fez.

## Capiberibe defende limite para gasto de Legislativo estadual

A Proposta de Emenda à Constituição 30/2014, que congela os orçamentos das assembleias legislativas, foi defendida por João Capiberibe (PSB-AP). Autor da PEC, ele quer impedir que os gastos dos Legislativos estaduais ultrapassem os valores de 2013. O texto admite reajuste com base na inflação. Para Capiberibe, a opinião pública tem que se sensibilizar para os gastos exagerados.

— É necessário que a opinião pública desperte para os valores astronômicos que as assembleias consomem.

## Governo ainda é surpreendido pela seca, critica Lídice

Lídice da Mata (PSB-BA) pediu atenção à crise hídrica no Nordeste. Ela observou que, apesar dos esforços de enfrentamento da estiagem, o fenômeno continua sendo recebido com surpresa pelos governos. Lídice lembrou que um em cada três municípios baianos declarou situação de emergência e que lavouras importantes estão sob ameaça.

A senadora pediu apoio à iniciativa que regulamenta a recuperação da bacia do Rio São Francisco e cobrou a implantação de uma política nacional de segurança hídrica.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Emenda que beneficia TST será promulgada semana que vem

Ocorrerá na terça-feira a promulgação da Emenda Constitucional 92/2016, que garante ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) o mesmo tratamento dado pela Constituição aos tribunais superiores.

O anúncio foi feito ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, após reunir-se com o presidente do TST, Ives Gandra Martins.

A emenda constitucional é proveniente da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2010.

Ao apresentar a proposta de emenda, em 2010, o então senador Valter Pereira argumentou que, à semelhança do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o TST desempenha papel de uniformizador e último intérprete da legislação infraconstitucional na área em que atua.

A emenda estabelece que cabe ao TST processar e julgar, originariamente, reclamação para preservar sua competência e garantir a autoridade das decisões do órgão.

(Da Presidência do Senado)

## Jornalistas receberão prêmio do Senado em novembro

Foram marcadas as datas das cerimônias de entrega da Comenda Dorina Nowill (para defensores dos direitos das pessoas com deficiência) e do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico.

A Comenda Dorina Nowill será entregue em 21 de setembro, às 11h. Os cinco homenageados deste ano são a coordenadora-geral do Instituto MetaSocial, Helena Werneck, a neuropsicóloga Lucia Braga, o ex-presidente

da Federação Nacional das Apaes Flávio Arns, o presidente da Associação Brasileira de Amparo ao Fibrocístico, Fernando Gomide, e, in memoriam, o médico Aloysio Campos da Paz, fundador da Rede Sarah de Reabilitação.

A sessão especial do Prêmio Jornalista Roberto Marinho foi marcada para 9 de novembro, às 11h. Serão agraciados os jornalistas Caco Barcellos, Eliane Cantanhêde e Ricardo Boechat.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CDH Lei de Inclusão**  
8h30 Seminário Estatuto da Pessoa com Deficiência — desafios para a concretização de direitos, no Auditório Petrônio Portella.
- CJ Energia elétrica**  
8h30 Reunião para votação de projetos como o PLS 209/2015, que fixa multa a ser paga por concessionárias de energia aos usuários em caso de interrupção no fornecimento.
- CAE Ministro do Planejamento**  
9h Audiência com o ministro interino do Planejamento, Dyogo Oliveira, para discutir reajuste salarial dos servidores.
- CDR Turismo em Maceió**  
9h Reunião para votação de projetos como o PLS 549/2015 — Complementar, que autoriza a criação de região integrada de desenvolvimento do turismo em Maceió.
- CMA Desemprego**  
9h Audiência sobre a metodologia de cálculo da taxa de desemprego no Brasil.
- CAS Ministro da Saúde**  
9h30 Debate com ministro Ricardo Barros.
- CE Ministro da Educação**  
9h30 Audiência com o ministro da Educação, Mendonça Filho.
- CCJ Desvinculação de receitas**  
10h Reunião para votação, entre outros, da PEC 31/2016, que prorroga a desvinculação de receitas de União, estados e municípios.
- SENADO DO FUTURO Orçamento**  
10h Reunião para analisar as emendas à Lei Orçamentária de 2017.
- IMPEACHMENT Advogado de defesa**  
11h A comissão ouve José Eduardo Cardozo.
- MP 720/2016 Lei Kandir**  
11h30 Reunião da comissão mista da MP que regulamenta repasses da Lei Kandir aos estados.
- PACTO FEDERATIVO Instalação**  
11h30 Instalação da Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo.
- AGENDA BRASIL Comissão especial**  
14h Reinstalação da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional.
- MEDIDAS PROVISÓRIAS Presidentes**  
14h/16h Eleição de presidente e vice-presidente de comissões mistas das MPs 731, 732, 733, 734 e 735, todas de 2016.
- PLENÁRIO Jogos de azar**  
14h Abre a pauta o projeto de lei que regulamenta os jogos de azar em todo o território nacional.
- MP 723/2016 Mais Médicos**  
14h30 Análise de relatório da MP que prorroga o prazo do Programa Mais Médicos.
- MP 727/2016 Parcerias de investimento**  
14h30 Reunião da comissão mista responsável pela MP que cria o Programa de Parcerias de Investimentos.
- MP 719/2016 FGTS**  
15h Análise de relatório da MP que regulamenta o uso do FGTS como garantia para crédito consignado.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**  
16h Renan Calheiros dirige a ordem do dia.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



# Projeto impõe limite a gasto nos Legislativos estaduais

Segue para votação em segundo turno no Plenário proposta que limita os custos de assembleias legislativas e tribunais de Contas dos estados à despesa realizada no exercício financeiro do ano anterior

OS CUSTOS DAS assembleias legislativas e dos tribunais de Contas dos estados serão limitados, segundo proposta aprovada ontem em Plenário. A PEC 30/2014, de João Capiberibe (PSB-AP), recebeu emenda do relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), e estabelece que a despesa anual do Legislativo estadual não pode exceder a despesa realizada no exercício financeiro do ano anterior.

O repasse de recursos superior a esse limite e a realização de despesa acima dele passa a constituir crime de responsabilidade. A norma vale também para a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal. O texto segue agora para votação em segundo turno.

Capiberibe argumenta que os Legislativos estaduais apresentam custos elevados e crescentes a cada ano, sem justificativa. Em 2013, por exemplo, foram R\$ 14,5 bilhões, sendo R\$ 9,4 bilhões gastos pelas assembleias e R\$ 5,1 bilhões pelos tribunais de Contas.

O autor da PEC explicou que o congelamento dos gastos no patamar de um determinado ano, com a possibilidade de correção posterior pelo Índice de Preços ao Consumidor



Plenário aprovou, em primeiro turno, limite a gastos de assembleias legislativas

Amplo (IPCA), desobriga as unidades da Federação do aumento compulsório dos repasses, no ritmo ditado pelo crescimento econômico.

— Nos últimos dez anos houve um crescimento acima da inflação da ordem de 47%, e as funções das assembleias e dos tribunais, de legislar e fiscalizar, não mudaram.

Para Gurgacz, a expansão dos gastos dos estados e do DF com esses órgãos é “preocupante”. Segundo o líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o projeto “está em consonância com a preocupação do Executivo em estabelecer um limite, uma contenção à escalada dos gastos públicos”.

Já Wellington Fagundes

(PR-MT) e Waldemir Moka (PMDB-MS) consideraram que os gastos são compatíveis com o desenvolvimento dos estados e que também há dinheiro devolvido ao governo do estado. Outros senadores defenderam o projeto por entender que ele vai contribuir na melhor adequação orçamentária dos estados.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que na década de 90 a Casa tinha orçamento igual ao da Câmara.

— Hoje o orçamento do Senado é apenas 60% do orçamento da Câmara, com absoluta transparência. As ações e iniciativas que foram tomadas pelos senadores poderão tranquilamente ser repetidas pelas assembleias legislativas.

## Proposta cria consórcios para contratar médicos

O Plenário debateu ontem proposta que permite a criação de consórcios públicos para contratar médicos nas periferias das grandes cidades e em regiões mais isoladas. A PEC 46/2013 passou pela segunda das cinco sessões de discussão necessárias para ser aprovada.

Segundo o texto do ex-senador Vital do Rêgo, os consórcios serão constituídos por iniciativa da União e adesão voluntária dos estados, com formato de fundação

pública, para a contratação de médicos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para atuar no Sistema Único de Saúde (SUS). Os municípios não podem se consorciar, mas têm a possibilidade de firmar convênios para que os médicos atuem em órgãos e entidades municipais de saúde.

Originalmente, a PEC previa atuação exclusiva na atenção básica à saúde. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o relator, o ex-

senador Paulo Davim, incluiu a possibilidade de atuação em serviços hospitalares e ambulatoriais de caráter regional.

Também foi contada ontem a terceira sessão de discussão da PEC 58/2015, que concede adicional de periculosidade para policiais. A proposta, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), beneficia servidores das Polícias Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal, civis e militares, e dos corpos de bombeiros.

## Cambráia é aprovado para embaixada na República Tcheca

Com 53 votos a favor e nenhum contrário, o Senado aprovou ontem a indicação de Márcio Florêncio Nunes Cambráia para a embaixada do Brasil na República Tcheca.

Em sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), em junho, ele disse que um dos principais desafios no cargo é a cooperação militar entre os dois países. A Embraer e empresas tchecas estão trabalhando na construção do avião cargueiro KC-390, apresentado este ano pela Força Aérea Brasileira.

Nascido em Belo Horizonte, Cambráia iniciou a carreira diplomática em 1980 e já trabalhou nas embaixadas no Uruguai e na Inglaterra.

## Pedido de prorrogação da CPI do Futebol é lido em Plenário

A CPI do Futebol terá os trabalhos prorrogados por 180 dias. O requerimento do presidente da comissão de inquérito, Romário (PSB-RJ), foi apoiado por mais de 50 senadores e lido na sessão plenária de ontem.

O colegiado, instalado em julho do ano passado para investigar a CBF e o Comitê Organizador Local da Copa de 2014, tinha como prazo final — já prorrogado — o dia 12 de agosto.

Em maio, o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou conclusões à comissão. Romário considerou a atitude precipitada, já que pretendia ouvir o presidente da CBF, Marco Polo Del Nero, e o ex-presidente Ricardo Teixeira.

## Em reunião, Renan e Temer tratam de obras paralisadas

A retomada das obras inacabadas no país foi discutida ontem por senadores que estiveram com o presidente interino Michel Temer. Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, muitas dessas obras já foram empenhadas e nem sequer iniciadas.

— É um problema que preocupa muito o Brasil. Temos um cemitério de obras inacabadas, que representam R\$ 250 bilhões de restos a pagar.

Segundo Renan, uma nova reunião sobre o assunto foi agendada para 2 de agosto.

Temer aceitou uma série de sugestões de Otto Alencar (PSD-BA), presidente da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, responsável pela análise da Agenda Brasil. Entre as sugestões, está a de pedir aos governos estaduais a relação das obras paralisadas por falta de recursos federais. Os estados deverão apontar aquelas obras que são prioritárias. Os ministros também deverão fazer um levantamento das obras paralisadas em cada pasta, incluindo principalmente as obras municipais.

Renan disse que Temer pretende iniciar a conclusão das obras pelas que demandem o valor de até R\$ 500 mil, com o objetivo de incentivar a geração de emprego e renda. Na visão dele, essa decisão demonstra o compromisso de Temer em resolver de forma definitiva o problema das obras inacabadas.

### Revitalização

A revitalização do Rio São Francisco também foi tema da reunião. Segundo Renan, os senadores pediram a atenção de Temer para a situação do rio e das margens dele, e o presidente interino concordou que o tema é urgente e importante. Uma nova reunião sobre o São Francisco ficou marcada para terça-feira.

— A revitalização deveria ter sido feita antes do início das obras de transposição das águas. O rio não pode morrer, pois, se morrer, não haverá transposição — alertou Renan.

Ele informou a Temer que o Senado vai trabalhar com uma pauta de matérias prioritárias até o dia 13. A proposta de emenda à Constituição que trata dos consórcios municipais para a contratação de médicos

(PEC 46/2013) e o projeto que amplia os jogos de azar legalizados (PLS 186/2014) fazem parte da lista.

### Orçamento

Renan registrou que a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017 depende da conclusão e votação da proposta na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

— Se a comissão votar a LDO, nós votaremos a matéria rapidamente no Plenário do Congresso — declarou.

O presidente do Senado informou que o envio de uma nova meta fiscal e um programa de privatização não foram tema da reunião.

### Novas eleições

Renan disse não acreditar que um plebiscito sobre novas eleições presidenciais prospere no Congresso de imediato, por conta de questões burocráticas do processo legislativo e pela falta de um acordo sobre a questão.

O presidente do Senado afirmou que não “vai se aventurar” a anunciar como prioridade projetos que tratem do aumento de impostos.

— Até por acreditar que esse aumento não representa solução para o país e ainda pode agravar a recessão.

### “Carteiraço”

Renan acrescentou que deve pautar na Casa o anteprojeto sobre abuso de autoridade e disse que a proposta não é contra Executivo, Legislativo ou Judiciário e não poderá atrapalhar a Operação Lava Jato, da Polícia Federal. Ele argumentou que se trata de um anteprojeto contra o “carteiraço”, prática recorrente no Brasil.

— A lei atual sobre abuso de autoridade é de 1965. Está velha, anacrônica, gagá e precisa ser atualizada.

Na opinião de Renan, a Lava Jato representa um avanço importante para o país. Ele disse que, se a proposta sobre o abuso de autoridade não for apreciada na Comissão da Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição, presidida por Romero Jucá (PMDB-RR), será enviada a outro colegiado. Na semana passada, Jucá negou que a proposição será votada na comissão que preside.

# Senado aprova quatro novos diretores para Banco Central

Nomes foram confirmados pelo Plenário depois de passarem por sabatina pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos, onde defenderam câmbio flutuante, com intervenções, e metas de inflação

QUATRO INDICAÇÕES PARA diretorias do Banco Central (BC) e uma para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foram aprovadas ontem no Plenário.

O diretor de Política Monetária do BC será o administrador Reinaldo Le Grazie, atual superintendente da Bradesco Asset Management. O economista Tiago Couto Berriel ocupará a Diretoria de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos. Para a Diretoria de Política Econômica do BC irá Carlos Viana de Carvalho. E o atual procurador-geral do BC, Isaac Sidney Menezes Ferreira, assumirá a Diretoria de Relacionamento Institucional e Cidadania.

Para o cargo de diretor da CVM irá Henrique Balduino Machado Moreira.

Pela manhã, eles foram sabatinados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e defenderam o câmbio flutuante, o regime de metas para a inflação e a responsabilidade fiscal, o que recebeu duras críticas de Roberto Requião (PMDB-PR), que anunciou voto contrário às indicações.

Lindbergh Farias (PT-RJ) leu uma nota de uma entidade empresarial indicando que o dólar abaixo de R\$ 3,80 destimula o setor produtivo a “brigar” no mercado externo. Armando Monteiro (PTB-PE) questionou o próprio regime de livre flutuação para o câmbio.

Le Grazie afirmou que há consenso entre os novos diretores de que o câmbio não deve ter flutuação total, admitindo-se intervenções do BC quando as distorções ocorrerem.

## Quarentena

Sobre os elevados *spreads* (diferença entre os juros de captação e os de empréstimos nos bancos), que decorrem, segundo Armando, da alta concentração do sistema financeiro nacional (5% das instituições respondem por 75% dos ativos bancários), os quatro indicados para o BC prometeram desenvolver esforços para aumentar a competitividade entre os bancos.

Roberto Muniz (PP-BA) criticou o alto faturamento dos bancos no Brasil e as tarifas bancárias “exorbitantes” para os cidadãos. Em resposta, Fer-

reira disse que é “fundamental que o BC continue firme na sua linha de transparência com a sociedade”. Os quatro sabatinados defenderam a redução de tarifas bancárias e ações de incentivo à poupança.

Moreira, indicado para a CVM, disse que a autarquia, vinculada ao Ministério da Fazenda, deve se preparar para um ambiente de mercado cada vez mais dinâmico, mantendo atualizado o marco regulatório.

No Plenário, senadores questionaram se a vinculação de alguns indicados com o setor privado não prejudicaria a atuação independente do BC. O líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), rejeitou a necessidade de quarentena para diretores de bancos comerciais.

— Todos são pessoas corretas, honradas e habilitadas, inclusive com longa experiência no setor financeiro. Pessoas que conhecem o ramo, até para poder descobrir armadilhas que surjam no caminho — disse Aloysio.

Berriel e Carvalho, por exemplo, são professores além de atuarem no mercado.

## Meta para 2017 pode ser definida com Temer amanhã, diz Wellington

O senador Wellington Fagundes (PR-MT) informou ontem que a Mesa da Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve se reunir com o presidente interino Michel Temer até amanhã para acertar os números relativos à meta fiscal de 2017.

Wellington é o relator do PLN 2/2016, projeto que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. De acordo com a Constituição, a LDO deve ser votada até o dia 17 para que tenha início o recesso parlamentar.

— O presidente deve estar discutindo com a equipe econômica porque até agora não foi anunciada a meta. Nossa predisposição é votar de acordo com a Constituição, ou seja, antes do recesso parlamentar — disse o senador.

Ontem os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Telmário Mota (PDT-RR) foram eleitos primeiro e terceiro-

-vice-presidente da CMO. O segundo é o deputado Sergio Souza (PMDB-PR).

A CMO também aprovou medidas provisórias que abriram créditos extraordinários para as Olimpíadas e as eleições municipais deste ano.

Originalmente, a MP 722/2016 abria crédito de R\$ 100 milhões para comunicação institucional e publicidade de utilidade pública, a cargo da Presidência da República, e de R\$ 80 milhões para a infraestrutura dos Jogos Olímpicos, a cargo do Ministério do Esporte. O relator, deputado Ronaldo Fonseca (Pros-DF), sugeriu manter apenas os recursos de infraestrutura, o que teve a concordância da comissão.

A MP 730/2016, que abriu crédito de R\$ 150 milhões para a Justiça Eleitoral organizar as eleições de outubro, foi aprovada na íntegra. Agora os créditos passarão por votação em sessão do Congresso.

## Comissões acatam emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias

Duas comissões do Senado, a de Transparência e Governança Pública (CTG) e a de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), e uma do Congresso, a Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, aprovaram ontem emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 (LDO). As emendas aprovadas serão encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento (CMO), responsável pelo parecer final.

O relator do PLN 2/2016 na CTG, Paulo Bauer (PSDB-

SC), acatou emendas para o programa Bem Mais Simples Brasil, as pequenas e médias empresas e a gestão da política econômica. As emendas aprovadas pela CRA, relatadas por Ronaldo Caiado (DEM-GO), se destinam à agricultura familiar, ao Plano Brasil sem Miséria e à Embrapa. Na comissão mista, a deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), priorizou as políticas de promoção de igualdade, o programa Casa da Mulher Brasileira e o combate à violência contra a mulher.



Senadora Gleisi Hoffmann conduz a sabatina de indicados por Michel Temer para o BC e a Comissão de Valores Mobiliários

## Vanessa: ações sociais não são as causas do deficit

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) criticou declarações do presidente interino Michel Temer de que “em determinado momento o governo vai tomar medidas impopulares” e de que não teme fazer isso porque não tem pretensão eleitoral. Para ela, isso dá a entender que o Brasil só poderá superar a crise subtraindo direitos trabalhistas e aumentando a idade mínima de aposentadoria, sendo que o grande problema está no elevado endividamento do país. Disse que está colhendo assinaturas para beneficiar os 14 estados mais pobres com nível de endividamento baixo.



## Para Humberto, medida econômica prejudica pobres

O presidente interino Michel Temer está implantando uma plataforma econômica contra os pobres, na opinião de Humberto Costa (PT-PE). Ele também classificou de fraude fiscal a proposta orçamentária do governo, que aumenta deficit e eleva gastos. Humberto disse que os supostos crimes de responsabilidade da presidente Dilma foram inventados. E manifestou desagrado com as eventuais medidas impopulares de Temer.

— Será o Brasil que nenhum de nós quer de volta? Que condenou milhões à miséria extrema? — questionou.



## Gurgacz defende votação rápida do Supersimples

Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu que a Câmara vote em regime de urgência projeto já aprovado pelo Senado que inclui no Supersimples empresas que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano. O texto também amplia o limite para enquadramento como microempreendedor individual.

— Quanto mais o Estado facilitar a vida desses empreendedores, com redução da burocracia e ampliação dos benefícios, como facilitação de crédito e oferta de assistência técnica para gestão e aumento da produção, melhor será para a economia dos municípios, dos estados e da União.



## Dário pede esforço do Congresso para país superar crise

Um amplo debate no Congresso sobre a crise econômica, financeira, administrativa e social foi defendido ontem por Dário Berger (PMDB-SC). Ele ressaltou o papel do Senado para que o país supere as dificuldades.

O senador disse que a crise econômica sem precedentes e o processo de impeachment de Dilma Rousseff pedem um desfecho rápido.

— A crise está se aprofundando e o governo está com a sua máquina emperrada. As coisas não funcionam — disse Dário, apontando a recuperação da saúde pública como a “prioridade das prioridades”.



## Muniz quer ampliar renegociação de dívidas rurais

Roberto Muniz (PP-BA) apresentará emendas à medida provisória que trata da renegociação de dívidas contratadas até 2011 por pequenos e médios agricultores do Nordeste e do norte de Minas e do Espírito Santo.

O senador sugeriu que a MP 733/2016 também beneficie cooperativas e associações rurais e que permita o desconto nas renegociações de produtores cujas dívidas sejam inscritas no cadastro da dívida ativa da União até 90 dias após a entrada em vigor da lei.

— Nossa perspectiva é que a medida resgate os postos de trabalho perdidos — disse.



# Para peritos, decretos de Dilma foram ilegais

Técnicos dizem que governo não podia ter considerado alteração da meta fiscal antes de ela ser aprovada e que pedaladas são empréstimo proibido

A JUNTA DE peritos designada pela Comissão do Impeachment considera que os decretos de suplementação de crédito editados em 2015 pela presidente Dilma Rousseff e os atrasos de repasses do Plano Safra naquele ano, as chamadas pedaladas fiscais, configuram crime de responsabilidade.

— A materialidade está, aos olhos da junta, bem configurada. Ou seja, houve operação de crédito [nos atrasos do Plano Safra], em desconformidade em relação ao ordenamento posto. Quanto aos decretos, também a materialidade está bem caracterizada aos olhos da junta. Houve uma incompatibilidade com o ordenamento então posto — disse o coordenador do grupo de peritos, João Henrique Pederiva.

A junta, formada ainda pelos consultores do Senado Diego Prandino Alves e Fernando Álvaro Leão Rincon, ressalva contudo que, no caso das pedaladas, não há provas de que Dilma agiu para ordená-las.

Em reunião na comissão ontem, os especialistas responderam a perguntas dos senadores e dos advogados da defesa e da acusação.

Conforme Pederiva, decretos assinados em 2015 para abertura



Peritos Fernando Rincon, Diego Prandino e Henrique Pederiva, ao lado dos senadores Antonio Anastasia e Raimundo Lira

tura de crédito suplementar seriam incompatíveis com a meta fiscal à época, representando assim descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Como afirmou, as autorizações de suplementação se apoiavam em projeto que previa a mudança da meta, mas que ainda não havia sido aprovado pelo Congresso.

— Do ponto de vista da junta, não há nenhuma dúvida de que há incompatibilidade, porque, diante do ordenamento jurídico posto, uma lei por fazer não tem o condão de se sobrepor a uma lei que está posta.

## Redução de despesa

A conclusão foi questionada pelos senadores Lindbergh Farias (PT-RJ), Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Segundo eles, a meta fiscal é um compromi-

so anual, não sendo possível afirmar que houve descumprimento dela antes do fim do ano.

— O artigo 4º da Lei Orçamentária Anual diz que a alteração da programação orçamentária tem de ser compatível com a obtenção da meta de resultado primário. Obtenção da meta é muito diferente de meta estabelecida. O laudo pericial esclarece que foi cumprida a meta ao final de 2015. Então, eu pergunto, onde está a ilegalidade dos decretos? — questionou Gleisi.

Para Rincon, em meio a uma situação de contenção de despesas, como em 2015, a edição dos decretos seria incompatível com o cenário fiscal:

— O impacto efetivo se dá pela execução da despesa, mas, no momento da edição do decreto, o cenário fiscal apontava para um declínio de receita. E,

nesse momento, não parece razoável aumentar a despesa. Se o cenário fosse positivo, a suplementação estaria válida.

## Dolo

Segundo os senadores que apoiam Dilma, a edição dos decretos foi considerada compatível com a meta fiscal por órgãos como a Secretaria de Orçamento Federal, a Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento e a Advocacia-Geral da União (AGU).

— Não é só que [a presidente Dilma Rousseff] não foi alertada: ela, na verdade, foi. Todos os órgãos falavam da compatibilidade dos decretos com a meta fiscal — frisou Lindbergh, dizendo não haver dolo nas ações da presidente afastada, ou seja, que ela não agiu com intenção de cometer crime.

Pederiva esclareceu que a

junta de peritos decidiu por não se manifestar sobre a existência ou não de dolo, por entender ser uma “questão de foro íntimo do próprio julgador, que afeta diretamente o mérito”.

## Plano Safra

Senadores favoráveis ao impeachment, como Ronaldo Caiado (DEM-GO), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Alvaro Dias (PV-PR), destacaram a conclusão dos peritos que aponta ilegalidade nos atrasos de repasses de equalização de taxas de juros do Plano Safra.

— A perícia constatou pela ocorrência de operações de crédito [do Banco do Brasil em favor da União] e, por consequência, de crime de responsabilidade — disse Alvaro.

Ana Amélia (PP-RS) disse estar convicta de que os atrasos de repasses das subvenções do Plano Safra afrontam a LRF:

— Não importa a roupagem jurídica conferida a essas operações. O que se observou, na essência, foi o financiamento da União por parte dos bancos públicos, em conflito com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já Fátima Bezerra (PT-RN) ressaltou a conclusão da perícia de que não há ato de Dilma na chamada pedalada fiscal.

A Comissão do Impeachment ouve hoje o advogado de defesa, José Eduardo Cardozo. Ele lerá a manifestação de Dilma Rousseff, que já informou que não comparecerá à comissão para prestar depoimento.

## Presidente cometeu fraude contábil, afirma analista

A perita indicada pela acusação para elaborar laudo pericial auxiliar sobre documentos do processo de impeachment, Selene Péres Nunes, afirmou que, em 2015, a presidente afastada assinou decretos orçamentários incompatíveis com a meta fiscal. Dilma também cometeu fraude contábil ao omitir dívidas do Tesouro com bancos públicos, disse a perita na Comissão do Impeachment.

Economista especialista em finanças públicas e analista de finanças e controle da Se-

cretaria do Tesouro Nacional, Selene concordou com o laudo dos peritos do Senado. Ela disse que, em sua análise, Dilma incorreu em crimes de responsabilidade. No caso dos decretos orçamentários, afirmou que foram editados sem preocupação com a situação das contas públicas.

— Não havia espaço para a abertura de créditos suplementares porque havia uma situação de previsão de déficit, em que era preciso fazer novos contingenciamentos.

A perita foi questionada por senadores se não seria mais adequado considerar o impacto dos decretos na meta fiscal apenas ao final do ano. Ela refutou essa ideia.

Em relação aos atrasos nos repasses do Tesouro a bancos públicos pelo Plano Safra (as pedaladas fiscais), Selene concluiu que eles podem ser considerados operações de crédito a partir de interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Dispositivo da lei proíbe essas operações entre a União e os bancos que ela controla.

## Lewandowski volta a rejeitar inclusão de delação de Machado

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, negou ontem novo recurso da defesa da presidente afastada Dilma Rousseff. O recurso era contra decisão da Comissão Especial do Impeachment que indeferiu a inclusão, no processo, da colaboração premiada do ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado.

Para Lewandowski, os documentos produzidos na delação premiada são “simples elementos indiciários”, pois ainda passarão pelo contraditório no âmbito do processo criminal relacionado à Operação Lava Jato.

A defesa alega que os documentos são importantes para comprovar a tese de que o processo de impeachment foi iniciado com desvio de poder, pois mostram que houve articulação de líderes políticos para afastar Dilma com o objetivo de obstruir a Lava Jato.

(Com Secretaria de Comunicação do STF)

## Jurista diz que créditos e pedaladas não são crimes

O jurista Ricardo Lodi Ribeiro afirmou em audiência na Comissão Especial do Impeachment que não houve participação efetiva ou ação dolosa da presidente afastada Dilma Rousseff nos fatos contidos na denúncia de crime de responsabilidade contra ela.

Ribeiro foi indicado pela defesa para elaborar laudo pericial auxiliar sobre documentos do processo de impeachment.

O jurista já havia falado à comissão, na fase de admissibilidade do processo, e elaborou o laudo em parceria com Rodrigo Octávio Orair, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Os peritos avaliam que os crimes imputados à presidente afastada carecem de comprovação de materialidade e autoria.

No caso dos decretos orçamentários de 2015 que teriam violado a meta fiscal prevista para o ano, Ribeiro argumentou que não é a edição deles que deve ser considerada para aferir o cumprimento da meta, e sim a execução efetiva das despesas. Para o jurista, o

Congresso autorizou a presidente a editar os decretos em dois momentos: um anterior, quando aprovou a Lei Orçamentária com dispositivo que permitia a publicação de suplementações orçamentárias sem participação do Legislativo, e um posterior, quando ratificou a proposta da nova meta fiscal.

Ribeiro também disse não fazer sentido acusar Dilma de omissão ao não contabilizar os passivos do Tesouro com os bancos na contabilidade da União.



Para Selene Nunes, Dilma incorreu em crime de responsabilidade fiscal



Ricardo Lodi Ribeiro foi indicado pela defesa e elaborou laudo de perícia

# Políticas sociais em favor da mulher estão em risco, aponta audiência

Em debate sobre violência contra mulheres na zona rural, participantes denunciaram possível enfraquecimento das estruturas estatais de apoio

A PREOCUPAÇÃO COM um possível enfraquecimento das políticas públicas em defesa da mulher foi o centro do debate promovido ontem pela Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Sugerida e coordenada pela relatora da comissão, deputada Luizianne Lins (PT-CE), a audiência pública teve como objetivo debater a violência contra a mulher na zona rural.

O governo interino de Michel Temer foi alvo de críticas, por conta do fim da Secretaria de Política para as Mulheres e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ativistas presentes usaram a frase “fora Temer”. Expressões como “governo golpista” e outras em defesa da presidente afastada Dilma Rousseff foram ouvidas.

A coordenadora nacional da Marcha Mundial das Mulheres, Sonia Maria Orellana, lembrou que o *Mapa da Violência 2015* aponta que os municípios de pequeno porte registram altos números de violência contra a mulher. Na área rural, segundo Sonia, as mulheres estão ainda mais desprotegidas, seja por falta de estrutura, como telefone ou internet, ou por falta de



Luizianne (3ª à dir.) coordena debate com Ângela Mendes, Carliene Oliveira, Beatriz Silva, Socorro Prado e Sonia Orellana

apoio estatal, como delegacias.

A representante do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, Socorro Prado, lamentou o crescimento da violência urbana e os reflexos no meio rural. Ela criticou o possível esvaziamento de políticas em favor das mulheres.

— É muito importante que as políticas de valorização das mulheres também cheguem ao campo e às florestas — pediu.

Para a coordenadora da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CNA) no Distrito Federal, Carliene Oliveira, o processo de empoderamento da mulher na cidade é difícil, mas a situação é ainda mais complexa na zona rural. Ângela Mendes, filha de Chico Mendes e representante do Conselho Nacional das Po-

pulações Extrativistas, também destacou a dificuldade maior para quem vive na floresta.

A assessora da Secretaria Nacional de Segurança Pública Beatriz Cruz da Silva frisou que há um “problema de acesso” aos programas sociais de apoio à mulher, o que é maximizado pela distância em comunidades ribeirinhas, na floresta ou em assentamentos rurais.

Regina Sousa (PT-PI) ressaltou que o enfrentamento da violência contra a mulher não deve ser uma bandeira feminina, mas de toda a sociedade. A senadora apontou a importância da educação “para a não violência”.

Para a deputada Maria do Rosário (PT-RS), a audiência foi “extremamente importante” por mostrar a preocupação

com a manutenção das estruturas estatais de combate à violência contra a mulher. Ela sugeriu que a comissão envie um ofício ao Executivo sobre a continuidade dessas políticas. O requerimento foi aprovado no fim da reunião.

## Plano de ações

A comissão aprovou ontem o plano de ações para este ano, sugerido pela deputada Luizianne Lins. Também foram aprovadas as emendas do colegiado ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017. A relatora, deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), informou que foram apresentadas 20 emendas de metas e prioridades (apenas 3 podem ser escolhidas). Sete emendas de texto foram acolhidas.

## Viana comemora dois anos do Plano Nacional de Educação

Jorge Viana (PT-AC) saudou os dois anos de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE).



Waldemir Borretto/Agência Senado

O senador cobrou a manutenção dos avanços obtidos nos últimos anos na educação e disse que o plano obriga a ação conjunta de municípios, estados e União no setor.

— O PNE é diferente dos anteriores. Graças à Emenda Constitucional 59/2009, a elaboração do plano passou a ser obrigação da União, dos estados e dos municípios.

## Ângela critica retrocesso no Ciência sem Fronteiras

Ângela Portela (PT-RR) acusou o governo interino de Michel Temer de estar promovendo um desmonte nas estruturas do ensino superior.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Segundo ela, sob argumento de conter gastos, Temer editou decreto que permite a interrupção do Ciência sem Fronteiras mesmo para alunos que já estão no exterior. Ela lembrou que durante os governos Lula e Dilma o programa enviou 100 mil universitários para 40 países.

## Medeiros destaca situação dos fundos de pensão de estatais

José Medeiros (PSD-MT) disse estar preocupado com a situação dos empregados de empresas estatais cujos fundos de pensão apresentaram rombos por má gestão, como os Correios e a Caixa.

Segundo ele, investimentos arriscados e sem retorno foram feitos por pessoas que foram alçadas aos cargos de direção dessas entidades não pela competência, mas por afinidade política. Ele ressaltou que serão os próprios trabalhadores que pagarão a conta dessa incompetência.

## Especialistas defendem mudanças na legislação mineral brasileira

Debatedores presentes na Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração apontaram ontem modificações que permitiriam o aumento da produtividade da indústria minerária.

Mudança na base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), desburocratização para aproveitamento de recursos minerais da faixa de fronteira e processo de pesquisa mineral foram alguns dos pontos citados.

O professor da USP Fernando Facury Scaff disse que a Cfem não deveria ser pensada com uma lógica arrecadatória, mas sim como estratégia de desenvolvimento nacional.

— Você tem que ter sistemas que permitam tratar desigualmente situações desiguais.

Em relação a pesquisa, lavra e aproveitamento de recursos minerais na faixa de fronteira, o conselheiro do Instituto Brasileiro de Mineração Guilherme Simões afirmou que existe uma burocracia excessiva para

que ocorra a exploração.

Outro ponto levantado foi o que trata da transformação ou não do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em agência reguladora. O procurador-chefe substituto do DNPM, Frederico Munia Machado, considera positiva a mudança.

— No Brasil foi feito esse processo de criação de agências na década de 90 e a mineração acabou ficando para trás.

O advogado William Freire defendeu o direito de priorida-

de no acesso à riqueza mineral. Segundo ele, a União tem as ferramentas para exercer o controle e não é o regime de prioridade que vai fragilizá-lo.

Segundo o professor da UnB Adriano Drummond, a falta de um marco que trate da situação indígena traz conflitos, já que as pessoas exploram essas áreas ignorando a Justiça.

Presidente da comissão, o senador Wilder Moraes (PP-GO) disse que os debates trazem contribuições de todos os setores da atividade minerária.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Especialistas denunciam “desmonte” do SUS

Participantes de audiência pública criticaram proposta de emenda à Constituição que impõe limite para despesas do governo e provocaria perda de recursos para a saúde

ESPECIALISTAS E DIRIGENTES de entidades da área de saúde pública protestaram ontem, em audiência pública, contra o que chamaram de “desmonte” do Sistema Único de Saúde (SUS).

Na audiência, promovida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), eles afirmaram que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, que tramita na Câmara dos Deputados (chamada por eles de “a PEC da morte”), e outros projetos em tramitação estão “rasgando a Constituição e os direitos sociais”.

Para o presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Ronald Ferreira dos Santos, as ameaças ao SUS não representam apenas um ataque à saúde pública, mas ao “processo civilizatório brasileiro”. Segundo ele, a PEC 241/2016 pode provocar uma perda de recursos para a saúde da ordem R\$ 12 bilhões apenas entre 2017 e 2018. Santos defendeu a formação de ampla aliança política para enfrentamento da situação, em que “o povo precisa ter voz”:

— Essa é uma aliança necessária, que exigirá ampla convergência de forças políticas, sociais e patrióticas em defesa dos direitos sociais, particularmente a saúde.

A PEC institui o novo regime fiscal por meio da fixação de limite individualizado para a despesa dos três Poderes e de todos os órgãos públicos. A proposta, de autoria do Poder Executivo, aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. De acordo com a PEC, os limites para o exercício de

2017 ficarão fixados no valor da despesa primária realizada no exercício de 2016, corrigida pela inflação oficial (IPCA).

De acordo com a proposta, a regra do reajuste pela inflação, sem crescimento real das despesas, vigorará por 20 anos. O governo poderá propor a revisão desse critério, para vigorar a partir do décimo ano de vigência da emenda. O objetivo da medida, chamada de Novo Regime Fiscal, é conter o crescimento das despesas federais. Segundo a justificativa que acompanha a PEC, a raiz do problema fiscal brasileiro está no aumento acelerado da despesa pública primária.

## Retrocesso

O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Leonardo Steiner, protestou contra a PEC, dizendo que significará um retrocesso. O bispo convidou a sociedade a se manifestar e a defender os pobres.

Para o secretário-executivo do Grito dos Excluídos Continental, Luiz Bassegio, a

proposta representa a perda de direitos estabelecidos na Constituição e terá como consequência imediata o aumento da pobreza. Já o secretário-executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP) Carlos Alves Moura ressaltou que a busca pelo equilíbrio fiscal não pode prejudicar os fins sociais do Estado:

— Antes de se pagar a dívida monetária, há de se resgatar a dívida social histórica — disse.

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que está em curso uma agenda que jamais seria aprovada pelo voto da população:

— Como é que alguém iria se eleger presidente dizendo que iria enviar ao Congresso uma proposta que tem como objetivo congelar os gastos sociais? — questionou a senadora.

Regina Sousa (PT-PI) lembrou que muitos reclamam do SUS, mas não veem os benefícios que recebem por meio do sistema.

— Não estou dizendo que o imposto não é alto. É alto, sim. Mas as pessoas incorporam que não tem retorno. Fazem ci-

rurgia de R\$ 50 mil, não pagam nada e acham que não tem retorno — disse a senadora.

## Fiscalização

De acordo com a presidente do Instituto de Fiscalização e Controle, Jovita Rosa, que trabalha há 23 anos na fiscalização do dinheiro da saúde, grande parte dos recursos destinados ao sistema não são executados. Ela criticou a falta de regularização de um sistema de auditoria do Ministério da Saúde, o que acaba desobrigando estados e municípios de auditar os recursos destinados ao setor.

— Este ano, se não tivesse corte, seriam em torno de R\$ 110 bilhões. Disso, mais de 70% vão para estados e municípios realizarem ações e serviços de saúde. E, pasmem, aqui em Brasília eles têm dificuldade de executar esse valor. Então as pessoas deixam guardado no banco, rendendo juros. E as pessoas estão morrendo. — denunciou.

Especialista em políticas de saúde, a professora Ligia

Bahia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, disse que o sistema da seguridade social sempre enfrentou oposição de segmentos identificados com um modelo econômico liberal. Segundo ela, a campanha pela retirada de direitos sociais agora aparece “embalada” no discurso de que a “Constituição não cabe no Orçamento”.

— Só se fala em despesas, e não em como podemos arrecadar mais e combater a sonegação, que é uma forma de corrupção — disse.

A professora afirmou que no governo atual está em curso uma “balcanização” do Ministério da Saúde e que cargos importantes da pasta foram ocupados por representantes de segmentos de “filantrópicas privadas” ou indicações partidárias que visam usar a máquina da saúde para atender interesses de “clientela política”.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), anunciou que fará um seminário sobre o tema “Saúde, previdência e direitos sociais”, sugestão feita pela professora Ligia Bahia.



Na reunião coordenada por Paim (à mesa, ao centro), dirigentes da área da saúde disseram que a busca pelo ajuste fiscal não pode colocar em risco direitos sociais

# Continuidade do Programa Mais Médicos é defendida em debate

Participantes de audiência pública interativa foram unânimes em defender a aprovação da medida provisória que prorrogou por três anos o prazo de revalidação do diploma e do visto temporário do médico intercambista do Programa Mais Médicos. A audiência foi promovida ontem pela comissão mista que analisa a admissibilidade da MP 713/2016.

Conforme o presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Mauro Guimarães Junqueira, caso a MP não seja aprovada, o Mais Médicos poderá perder 12,9 mil médicos, ou seja, mais de dois terços do total de profissionais que atuam no programa. Seria “o fim, o colapso do programa”, que deixaria desassistidos milhões de brasileiros, avaliou.

— Esses médicos estão fazendo um papel brilhante nos municípios — disse Junqueira.

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, ressaltou a importância do Mais Médicos. Ele afirmou que hoje 2.340 municípios brasileiros só têm atendimento por médicos do programa, o que, por si só, justifica a manutenção. Barros defendeu a aprovação da MP sem alterações:

— Para o ministério, o Mais Médicos é importante e tem dado resultados. Significa R\$ 3 bilhões de recursos federais investidos nos municípios.

O vice-presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM), Marcos Ferreira, também defendeu aprovação da MP sem mudanças.

Representando o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o secretário do Distrito Federal, Humberto

Lucena Pereira da Fonseca, avaliou que a interrupção do programa seria prejudicial a todo o país. Ele informou que o DF tem 234 equipes de Saúde da Família, cada equipe com um médico e um enfermeiro. Desses médicos, 94 são do Mais Médicos, 44 deles estrangeiros.

Por sua vez, o presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Ronald Ferreira dos Santos, afirmou que a entidade apoia o Mais Médicos desde a criação. Já o prefeito de Lagoa Santa (MG), Fernando Pereira Gomes Neto, representante da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), disse que é impossível os municípios darem continuidade ao Mais Médicos sem recursos federais.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) também defendeu o Mais Médicos e contou que, no Arquipélago do Bailique, no

Amapá, nunca houve médicos. Agora, relatou o senador, há cinco médicos do programa.

Para o deputado Jones Martins (PMDB-RS), a criação do Mais Médicos foi um dos fatos mais impactantes no SUS nos últimos anos. Garantir sua continuidade é dar segurança jurídica aos gestores municipais, opinou. O deputado Mandetta (DEM-MS), porém, chamou o programa de “improvisação” e defendeu a criação de carreira de Estado para os médicos. Outro deputado, Alan Rick (PRB-AC), informou que uma portaria interministerial estaria dificultando a entrada no programa de médicos brasileiros formados em outros países.

## Parecer

Relator da MP na comissão mista, o senador Humberto Costa (PT-PE) garantiu que

apresentará o parecer na reunião de hoje. O presidente da comissão, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), demonstrou intenção de aprovar o texto ainda hoje.

A MP 723/2016 beneficia médicos brasileiros formados no exterior e estrangeiros que trabalham no programa sem diploma revalidado, além de prorrogar o visto temporário concedido aos intercambistas estrangeiros. De acordo com o Ministério da Saúde, a medida permitirá que 7 mil profissionais permaneçam no país.

O governo afirma que a prorrogação do prazo de atuação dos médicos foi pedida pela Frente Nacional de Prefeitos, pela Associação Brasileira de Municípios e pelo Conselho Nacional de Saúde, que buscam garantir a continuidade do atendimento.

# Avança regra de aulas a estudante hospitalizado

Aprovado ontem em comissão, projeto fixa que o Estado deve oferecer atendimento educacional em hospitais e domicílios a alunos em tratamento de saúde prolongado

A COMISSÃO DE Educação (CE) aprovou ontem projeto que trata do atendimento educacional especializado em ambiente hospitalar ou domiciliar a alunos que passem por tratamento de saúde. A proposta segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O PLS 548/2015, de Telmário Mota (PDT-RR), determina que os sistemas de ensino, de forma integrada com o sistema de saúde, deverão oferecer atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio. A política deverá ser assegurada por meio de classes hospitalares ou por meio de atendimento pedagógico domiciliar, inclusive para crianças, jovens e adultos não matriculados no sistema educacional local, facilitando o posterior acesso à escola regular.

Os professores dessas classes ou do atendimento domiciliar, como os demais docentes da educação básica, deverão ter nível superior em curso de licenciatura de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras



Comissão de Educação, presidida por Romário (D), também aprovou proposta que obriga a execução do Hino Nacional na abertura de competições esportivas

séries do ensino fundamental a oferecida em nível médio na modalidade Normal.

Pela proposta aprovada, caberá ao Conselho Nacional de Educação deliberar sobre as diretrizes operacionais e curriculares visando ao atendimento educacional especializado.

## Hino Nacional

Também ontem a comissão deu aval à proposta de Cristovam Buarque (PPS-DF) que determina que o Hino Nacional seja executado na abertura de qualquer competição esportiva que tenha na organização alguma entidade integrante do Sistema Nacional do Desporto.

A proposta (SCD 16/2015) estabelece que o hino deve ser executado na íntegra, em versão instrumental ou cantada, e todos os presentes deverão adotar atitude de respeito. O relatório pela aprovação é de Ana Amélia (PP-RS) e a proposta segue ao Plenário.

A Comissão de Educação aprovou ainda um requerimento de Telmário Mota, solicitando que o colegiado faça uma audiência pública para instruir o PLS 401/2015, nascido do Projeto Jovem Senador, que cria a Semana dos Direitos Humanos em todas as escolas do país.

Outro requerimento aprovado, também de autoria de

Telmário, pede uma audiência para debater o motivo da demora dos municípios em prestar informações sobre investimentos na área da educação. O senador lembrou que, no final de abril, faltando apenas uma semana para o encerramento do prazo, 72% dos municípios ainda não tinham enviado os dados ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope).

— Com isso, ficam passíveis de serem consideradas inadimplentes no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (Cauc) e, então, não receberem esses recursos ou ficarem proibidas de firmarem convê-

nios com diversos órgãos do governo — alertou.

## Paulo Freire

A pedido de Fátima Bezerra (PT-RN), o presidente da CE, Romário (PSB-RJ), informou que encaminhará uma carta de repúdio à Presidência da República, solicitando esclarecimentos sobre a alteração do perfil do educador Paulo Freire na Wikipédia.

As alterações, que definem o educador como “um dos responsáveis pelo atraso na educação brasileira”, “doutrinador marxista” e “homem de princípios filosóficos débeis”, partiu de computador do Serviço Federal de Processamento de Dados, do governo federal.

## Ligações para emergências poderão ser gratuitas

Ligações de celular e envio de torpedos ou SMS para os serviços públicos de emergência, como bombeiros, polícia e na área de saúde, deverão ser gratuitos. É o que estabelece projeto aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que agora segue para o Plenário.

O texto aprovado, substitutivo de Cristovam Buarque (PPS-DF) ao PLC 48/2015, assegura na Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/1997), de forma

genérica, o que já é objeto de resolução normativa da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O projeto explicita o direito dos usuários de telefonia celular de acessar gratuitamente esses serviços. De acordo com o relatório, caberá à Anatel atuar para dar eficácia ao direito, regulamentando as questões de ordem tecnológica e operacional.

A proposta original limitava a gratuidade às transmissões de mensagens curtas de texto (SMS) por meio de celulares

para os serviços de emergência.

Também ontem na CCT, foram aprovados requerimentos de Cristovam para a criação de uma subcomissão temporária, com duração de seis meses, que acompanhará a implantação do novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/2016) no país.

Para orientar esse acompanhamento, seminário sobre o tema deve ser realizado com a comissão setorial da Câmara dos Deputados, provavelmente em agosto, como sugeriu o senador.

## Startups

Outro requerimento aprovado, de José Medeiros (PSD-MT), propõe debate sobre os incentivos às empresas startups no Brasil.

A CCT também aprovou 35 projetos de decreto legislativo, com parecer final na comissão, que concedem outorga ou renovação de serviços de radiodifusão, comercial e comunitária, em estados como Piauí, Ceará, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Amapá e Mato Grosso do Sul.

## Comissão aprova uso de recursos do Fust para ampliar banda larga

Os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) poderão ser usados para a ampliação do serviço de acesso à internet em banda larga e a promoção da inclusão digital, e não apenas para o serviço de telefonia fixa. É o que determina projeto (PLS 427/2014) aprovado ontem na forma de substitutivo pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Agora, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) fará a votação final do texto no Senado. A proposta original é do ex-senador Anibal Diniz — indicado no fim de 2015 para o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A intenção era permitir a inclusão digital de populações carentes e que vivem em áreas remotas e de difícil acesso das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No relatório, Lasier Martins (PDT-RS) sugeriu repartição diferente dos recursos do Fust. O texto original privilegiava

as regiões mais carentes do país, com percentual mínimo de 28% para o Nordeste, 34% para o Norte e 8% para o Centro-Oeste. O substitutivo beneficia todo o país, sendo 13% para o Norte, 19% para o Nordeste, 22% para o Sudeste e 8% tanto para o Sul quanto para o Centro-Oeste.

Para o senador, a destinação de recursos do Fust predominantemente para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, como no texto original, não seria adequada em razão de a carência de banda larga ser comum a todas as regiões.

— Dados de pesquisas recentes sobre o uso da internet demonstram que o percentual de domicílios sem banda larga varia entre 60% no Sudeste e 84% no Norte. Mais da metade dos domicílios, qualquer que seja a região, não dispõe de banda larga. Logo, não se vislumbra a eficácia de uma política regional quando todas as regiões estão mal servidas. É necessário tratar a questão como um problema nacional.



Lasier preside reunião da CCT, que vai criar subcomissão sobre marco legal